

TEORIA PÓS-COLONIAL, ESTUDOS SUBALTERNOS E AMÉRICA LATINA: UMA GUINADA EPISTEMOLÓGICA?

*Jórisa Danilla Nascimento AGUIAR**

RESUMO: Ao abordar a questão do colonialismo e sua herança, trazemos ao debate duas fundamentais correntes teóricas que ganharam destaque no meio acadêmico internacional nas últimas décadas: a teoria pós-colonial e os estudos subalternos. São perspectivas teóricas que permitem reconstruir os espaços de emissão dos discursos em sociedades em que se instalou o saber/poder da colonialidade destacando o resgate da história, do conhecimento e do sujeito subalterno na luta por autonomia. Na esteira dessa reflexão, parte da teoria social latino-americana e seus representantes vêm reivindicando um giro decolonial, um rompimento com o ocidental-centrismo e seus reflexos no saber. Nossa hipótese é de que as sínteses dessas teorias são fecundas para se compreender a realidade latino-americana ao passo que promovem a renovação crítica do conhecimento desde uma perspectiva política e intelectual, de emancipação de situações de opressões diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais e, fundamentalmente, de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade. América Latina. Eurocentrismo. Subalternidade.

A colonização e o pensamento europeu trouxeram aos povos originários latino-americanos, não só a marca da dependência financeira, foram cruciais, sobretudo, a expansão de uma influência intelectual e um colonialismo cultural que, juntos com a propriedade privada, marcaram nossa formação econômico-social. Em contrapartida, há algumas décadas, um conjunto heterogêneo de forças políticas que se colocavam como alternativas ao neoliberalismo com um destacado protagonismo

* UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande – PB – Brasil. 58429-140 - jdanillaaguiar@hotmail.com.

de movimentos sociais – a exemplo do levantamento zapatista em Chiapas, no México, bem como as inúmeras resistências contra o genocídio indígena que, ainda acontece no subcontinente – retoma as lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional e pelo reconhecimento, junto a uma demanda por descolonização pela via democrática.

São mudanças políticas que trazem à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea, recobrando o tema da identidade, da multiculturalidade, ao passo que se trava uma aproximação entre a história latino-americana, a formação excludente dos nossos Estados-nação, bem como o questionamento da herança colonial dentro dos atuais padrões de poder. Na esteira dessa reflexão, parte da teoria social latino-americana e seus representantes vêm reivindicando contemporaneamente um **giro decolonial**, um rompimento com o ocidental-centrismo e seus reflexos no saber, uma demanda que surge pela expansão do argumento pós-colonialidade e dos estudos subalternos, num sentido gramsciano do termo. Os intelectuais e militantes dessa corrente – presente em várias universidades latino-americanas e estadunidenses, porém, com uma recepção tímida no Brasil – propõem uma nova perspectiva epistemológica proveniente dos subalternos, da diferença colonial, como grande contributo ao debate acadêmico. Michel Löwy (2015) destaca, acertadamente a fundamental contribuição da corrente de pensamento decolonial, ou seja, a crítica radical e profunda da visão ocidental-centrista que resgata a produção teórica latino-americana.

Após a expansão da teoria pós-colonial, fundamentalmente com o palestino Edward Said (2007) e a obra *Orientalismo*, de 1978, refletiu-se com mais afincamento sobre a divisão geográfica imaginária do mundo em que estamos imersos, recuperada em uma dimensão crítica e política, onde a representação do **outro** desde uma perspectiva eurocêntrica fazia parte de uma construção sistêmica de repressão colonial. Cabe destacar, ainda, o projeto do grupo de historiadores indianos *Subaltern Studies*, liderado por Ranajit Guha, nas décadas de 1970 e 1980, que utilizou o termo subalterno como uma parte inerente da teoria pós-colonial, inspirado claramente no marxismo gramsciano, como forma de firmar um posicionamento teórico e político contrário às interpretações elitistas do contexto indiano, de caráter colonialista e/ou nacionalista. No decorrer do trabalho debateremos também, como Antonio Gramsci desenvolve a categoria classe subalterna como elaboração de uma estratégia política de transformação social, baseada na existência dos subalternos, na reconstrução da história integral.

O ensaio de 1988, *Pode o subalterno falar?* da indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010), partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais e da problematização do sujeito subalterno feminino, ganha destaque por problematizar sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial, referindo-se a situações onde

sujeitos não podem ser ouvidos¹. Assim, novos cenários onde antigos problemas são enunciados desenvolvem-se para além da fronteira asiática e ganham destaque na academia norte-americana, inglesa e, posteriormente, latino-americana. O argumento **giro decolonial**, por sua vez, toma espaço na América Latina na década de 1990, tendo como marco o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992), uma obra que assume um compromisso ideológico com os periféricos.

Nossa hipótese é de que as sínteses dessas teorias são fecundas para se compreender a realidade latino-americana ao passo que promovem a renovação crítica do conhecimento desde uma perspectiva política e intelectual, de emancipação de situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais e, fundamentalmente, de classe. Trazer a teoria pós-colonial e os estudos subalternos para o contexto da América Latina nos permite pensar na cumplicidade da maioria da cultura ocidental com as atitudes e valores ideológicos da expansão capitalista e as implicações desse processo no saber. Com a inserção de alguns países a uma nova forma de organização de mundo via colonialismo, transladando uma “sujeição semifeudal” a uma “sujeição capitalista”, constroem-se práticas de poder e práticas de saber que precisam ser questionadas e refeitas, como acertadamente indica Spivak (2008, p. 33), desvendando-se realidades políticas que se refletem em nossa formação econômico-social.

Teoria pós-colonial e os *Subaltern Studies*

Iniciando-se principalmente pelos estudos culturais e literários, a teoria pós-colonial, em seu prelúdio, surge como uma abordagem de análise das tensões resultantes entre o centro e as periferias. Logrou aproximar uma quantidade de autores não mais restritos ao pensamento europeu clássico, sendo incorporados ao debate autores africanos, indianos, paquistaneses, entre outros, como forma de abrir possibilidades dentro do campo da antropologia, da política, dos estudos de gênero, reinventando também as definições em torno da ideia de nativo. Os estudos pós-coloniais incorporam algumas questões de classe e das respectivas formas de opressão das elites coloniais e hegemônicas e também das teorias culturalistas, no que faz referência às diferentes formas de opressão e discriminação dos diversos excluídos. Interpretam a modernidade a partir de **outro lugar**, enfatizando a necessidade de fazer uma nova leitura do processo de colonização. São mudanças

¹ O indiano Homi Bhabha (1998), com a obra *O local da cultura* contribui decisivamente e forma a tríade pós-colonial mais destacada, junto com Said e Spivak.

que afetam várias disciplinas, pelo fato de seus objetos de estudos terem se tornado sujeitos e, nesse contexto, passam a estar situados em diferentes pontos do sistema mundial, atuando na possibilidade de se fazer um “novo momento de reinvenção” dos saberes como apontam Ribeiro e Escobar (2012, p. 15).

Fazendo referência às situações de opressões diversas, desvendando o antagonismo entre colonizado e colonizador, o pós-colonialismo, como um movimento político, intelectual e interdisciplinar, teve como primeiros interlocutores Albert Memmi, com a obra *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*, de 1947, Aimé Cesárie, com o livro *Discursos sobre o colonialismo*, de 1950, e o mais conhecido, Franz Fanon, com *Os condenados da terra*, de 1968², com o famoso prefácio de Jean Paul Sartre. Porém, foi com *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*, de Edward Said (2007), que se propagou o questionamento do pensamento ocidental, desvendando também suas faces políticas e ideológicas, uma relevante contribuição para modificar os modos acadêmicos de análises, desconstruindo fronteiras, se articulando com a história, a sociologia, a antropologia e a ciência política.

Em suas obras, Said (2003, 2007) preocupou-se, fundamentalmente, em alargar o campo de discussão, contextualizando história, cultura e realidade socioeconômica, refletindo sempre a partir de experiências concretas. Nascido em Jerusalém em uma família cristã, imigrou adolescente para os Estados Unidos onde concluiu sua formação acadêmica e posteriormente lecionou, experimentando, assim, a ideia de estar fora do lugar desde muito jovem, ideia que permeou toda sua vida e que deu título a um de seus livros. O autor – que também foi um destacado ativista da causa palestina – abre caminhos para se pensar a teoria pós-colonial para além da perspectiva culturalista, compreendendo o “orientalismo como um movimento científico cujo análogo no mundo da política seria a acumulação e a aquisição colonial do oriente pela Europa” (SAID, 2003, p. 65). Trata-se de um livro impactante e não restrito a um campo específico, apresentando-nos as consequências do discurso colonial e as conturbadas relações centro-periferia surgidas pela expansão capitalista. Faz referência a um novo mundo que se impôs e exigiu atenção, não lhe interessando mais uma posição neutra do intelectual, possuindo a autoridade de quem viveu o campo teórico, desvendando realidades políticas que se cristalizam em ações. Sua tese principal é que oriente e ocidente seriam duas entidades geográficas que refletiriam uma à outra, geralmente dominadas e impregnadas de doutrinas de superioridade europeia, onde dominação, consenso e hegemonia estariam em jogo, num sentido gramsciano dos termos (SAID, 2007). Para corroborar sua tese, o autor destaca a importância do conceito de representação em dois movimentos, numa

² Franz Fanon e Aimé Cesárie têm como origem a colônia francesa de Martinica, localizada no Caribe e Albert Memmi, a Tunísia.

coincidência com o pensamento foucaultiano ao pensar o discurso como criador de indivíduos (FOUCAULT, 2007). No primeiro movimento, baseado em determinadas concepções de conduta do Ocidente, Said (2007), critica o humanismo tradicional que expressa a noção de **homens**, uma noção circunscrita e que seria imposta para todas as outras sociedades. De maneira inédita, indica a relação consistente entre os âmbitos da cultura e da política como representações sociais que são recebidas, negociadas e tornam-se hegemônicas por pressupor terrenos de poder. Acrescenta que o mundo pós-moderno trouxe elementos que reforçam os estereótipos pelos quais o oriente é visto e, assim, conseqüentemente a produção humana estaria orientada para determinados fins. O autor nos propõe o exercício metodológico de nos colocar no lugar do orientalista e do oriental, um movimento histórico e dialético. Ou seja, propõe, ao criticar as identidades dicotômicas de poder, um novo método comparativo e um novo humanismo, que seria uma fusão do que melhor existiria nesses dois horizontes.

Para o autor palestino, a produção de um conhecimento não-coercitivo seria um passo determinante para modificar o cenário atual imerso nas estratégias de poder e representação, entendendo que o orientalismo trata de uma série de interesses que por meios de manipulações político-ideológicas dividem e polarizam o mundo. Clarifica que o estudo interdisciplinar e consistente do imperialismo e da cultura se faz relevante para perceber o recorte político da questão. Em suas diversas obras, Said (2003, 2007) indica a pertinência de se avançar em perspectivas teóricas que assumam um compromisso ideológico com os subalternos, questão política que permeia diretamente a problemática de seu objeto, e que reflete diretamente nas ciências, justificando o argumento do autor de reafirmar a distinção entre o conhecimento puro e político. Como então – nos questiona – a história, a biologia, a antropologia, a teoria política e a literatura se colocam a serviço dessa visão amplamente imperialista? Para ele, trata-se de uma criação humana, de um processo de expansão capitalista em toda sua complexidade, e por isso, nos apresenta a questão metodológica como relevante. Essa autoridade intelectual poderia e deveria ser analisada. Apresenta-nos ainda algumas indagações que nos permitem avançar em outros temas, como os estudos de gênero, ao fazer analogia entre o oriente e o feminino para tratar da dominação masculina.

Ao ir além da descrição não analítica dos mecanismos de dominação aplicados aos povos colonizados, desvendando realidades políticas, Said (2003, 2007) anunciava e criava um objetivo: estimular o conhecimento geopolítico. Para isso, por vezes incorpora e por vezes rejeita as antigas narrativas existentes e que conformam as representações predominantes até então, que estão em jogo também na academia.

Na década de 1980 a teoria pós-colonial se expande para além das fronteiras do mundo anglo-saxão, principalmente com os escritos e pesquisas de Gayatri Spivak, conhecida como a primeira tradutora de Jacques Derrida para a língua inglesa e por seu trabalho de caráter desconstrucionista, de base pós-estruturalista, partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais, como Gillis Deleuze e Michel Foucault, para “refletir sob a prática discursiva do intelectual”. A obra *Pode o subalterno falar?* carrega no título uma ambivalência proposital por partir da autocrítica do papel do intelectual (muitas vezes o antropólogo) como cúmplice do processo de colonização, questionando a permissão e a capacidade que o sujeito subalterno teria de falar, de se fazer entender, sempre aludindo à questão da representação. A autora descreve, ainda no prefácio, que o termo subalterno corresponde “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Também é referência para problematizar a questão de gênero, apresentando a situação da mulher subalterna como ainda mais frágil, exemplificado em seu livro pelo caso do sacrifício das viúvas na Índia, um ritual denominado *sati*, que pela tradição, torna a mulher propriedade do marido. Segundo Leandro Galastri (2014, p. 49), “a autora considera as ‘mulheres do subproletariado’, no caso indiano, como o exemplo limite de subalternidade, em nome de quem os intelectuais não teriam condições de falar, e para quem não haveria tampouco espaços sociais para a difusão da própria fala”.

Spivak (2010, p. 40) problematiza a tarefa de se fazer entender através da língua do outro, um processo que envolveria aproximações e negociações, buscando se aproximar também do sentido atribuído à palavra representação. A própria palavra **representação** seria utilizada na sua mais conhecida obra para mais um exercício de ambiguidade oferecido ao leitor, ao passo que a autora destaca a dupla tradução da palavra para a língua alemã, podendo significar assumir o lugar do outro, numa acepção política da palavra, ou significando o ato de performance ou encenação. O objetivo da obra perpassa a rediscussão das implicações da representação do sujeito do denominado terceiro mundo no contexto do discurso ocidental(izado). É relevante destacar, também, que a autora delega aos intelectuais a responsabilidade de combater a subalternidade, sendo a frase conclusiva do texto, um chamado. Apesar da sua primorosa leitura da obra gramsciana, ela não indica possibilidades de organização autônoma das classes subalternas, ao contrário do socialista sardo Antonio Gramsci (2002). Para ele, a ideia de subalternidade tem relação estreita com a ideia de novo bloco histórico, uma nova articulação entre estrutura e superestrutura, que permitiria a construção de uma nova hegemonia, contrária à dominante no marco do novo bloco histórico operário-camponês, que substituiria o bloco histórico dominante. “A história dos grupos sociais subalternos

seria necessariamente desagregada e episódica” e, somente a organização política garantiria a possibilidade de luta política dos explorados (GRAMSCI, 2002, p. 135). Sabe-se que o pensador italiano parte do estudo das classes subalternas desde uma visão revolucionária, explicitando sua condição social e pensando a disputa pela hegemonia por essas classes, numa aproximação com o pensamento de Lenin quanto à não exclusividade da classe operária como força revolucionária, ponto de partida pertinente para se estudar a situação latino-americana.

Autores menos difundidos realizaram um intercâmbio mais direto entre as questões pós-coloniais e o materialismo, a exemplo do indiano Aijaz Ahmad no final da década de 1980, que implementou a “primeira crítica sistemática das políticas, das metodologias e dos objetos de estudo do pós-colonialismo, a partir de uma perspectiva marxista”, com a publicação de *In Theory: Classes, Nations, Literatures*, de 1992, onde dialoga criticamente com Said e chama ao debate categorias como imperialismo, nacionalismo e terceiro mundo desde uma perspectiva da história total de acumulação capitalista (AMADEO e ROJAS, 2011, p.31). Pensando que o sistema mundial está em transformação e que as relações internas e externas com os centros e periferias são extremamente complexas, entendemos que reconhecer essa “geopolítica do conhecimento” para “ênfatisar a ideia de que o lugar de enunciação das disciplinas tem uma marca geopolítica” é um debate apropriado para a América Latina, por partir das diferenças coloniais (MIGNOLO, *apud* RIBEIRO e ESCOBAR, 2012, p. 18-19). Avançamos ainda no entendimento da função do subcontinente à economia capitalista mundial, também sob o imperialismo e neo-colonialismo.

Neste contexto teórico se firmou, ainda na década de 1970, composto em sua maioria por pensadores do sul asiático, o *Subaltern Studies* (Grupo de Estudos Subalternos), tendo como dirigente Ranajit Guha, um historiador indiano de origem marxista³. A discussão trazida pelo grupo de estudos subalternos reunia estudiosos de influência gramsciana, tratando das particularidades das sociedades pós-coloniais – ainda restringidos à Índia, ao Paquistão entre outros locais. Trata-se de um movimento desafiante porque procurou desvendar as identidades a partir das relações de poder e não somente com relação aos espaços, geograficamente falando. São discussões que ganharam notoriedade inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, ressaltando-se, ainda, a tradutibilidade e funcionalidade do pensamento gramsciano no sentido de incorporar e sintetizar o diverso (BARATTA, 2011).

³ No âmbito dos chamados *Subaltern Studies*, destacam-se não só os nomes de Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak, mas também de Dipesh Chakrabarty, Gyanendra Pandey e Partha Chatterjee.

Classes e Grupos sociais subalternos sob a ótica gramsciana

O italiano Antonio Gramsci (2002) destaca-se pelo seu marxismo criativo, que, contrariamente às proposições dominantes no marxismo ortodoxo, aprofunda temáticas relacionadas com aspectos superestruturais da dominação capitalista, respondendo questões quanto à estratégia de transição ao socialismo, levando em conta as aspirações nacional-populares e as diferentes formações econômico-sociais. O autor dos Cadernos do cárcere abriu um leque de possibilidades para se pensar em distintas estruturas sociais presentes do oriente e ocidente numa perspectiva estratégica de transição ao socialismo, em sociedades que experimentam um desenvolvimento desigual. Rejeitando as interpretações mecanicistas e economicistas do marxismo, ele destaca-se no marxismo ocidental porque buscava desnudar a realidade, não somente a partir da retomada dos clássicos, mas incorporava decisivamente temas da cultura⁴, desde uma perspectiva geral, cabendo lembrar ainda a atenção do marxismo ocidental com as lutas anticoloniais na Europa. Nos escritos sobre a sociedade meridional, por exemplo, um importante legado sobre as primeiras ideias do que viria a ser a aliança de classe, de inspiração leninista, assim como os esboços sobre a questão dos intelectuais e a função que os mesmos desempenhariam na luta de classes, aparecem com destaque e simbolizam todo o esforço teórico e influências que o intelectual italiano tomava, de forma mais ou menos crítica (GRAMSCI, 1987). Após a derrota da revolução socialista, ao enxergar a ausência de um movimento popular unitário, assim como os fracassos em organizar a vontade nacional-popular, ele entrevia que no momento de crise de direção político cultural, as classes subalternas e o comunismo surgiriam como alternativa ao socialismo reformista policlassista.

Gramsci (1995), discorre sobre o papel dos intelectuais como os intermediadores das relações entre as diferentes classes sociais, possibilitando uma visão de mundo homogênea, atuando como cimento do bloco histórico. Destarte, os intelectuais possuem uma função orgânica na efetivação capitalista, que depende tanto da exploração da força de trabalho quanto do disciplinamento da população à sua subalternização, assim como no processo de formação de outra moral e cultura, fundamentais para a reconstrução do bloco histórico. Afirma que toda hegemonia consiste em um ato pedagógico, um projeto moral e político de uma classe no poder, sobre as classes antagônicas e aliadas, destacando a base material que permite o exercício dessa hegemonia. São breves incursões em categorias gramsciana centrais para chegarmos ao desenvolvimento que o autor realiza sobre os estudos das classes subalternas.

⁴ Vale destacar, o interesse de Gramsci pelo estudo da linguística, do teatro e do gosto popular italiano, ou seja, pelo espírito popular criador em suas diversas fases e graus de desenvolvimento.

Marcos Del Roio (2007) acrescenta ao debate que a teorização sobre os subalternos hoje, geralmente parte de uma perspectiva distante do campo metodológico de Gramsci, quando não antagônico a esse, a exemplo da utilização do termo para conformar a fragmentação pós-moderna e da defesa de direitos particulares. A perspectiva revolucionária gramsciana da categoria subalternos se estende aos conceitos consagrados de “proletariado” e “campesinato”, por serem insuficientes para se “compreender em toda sua natureza e diversidade as lutas de classe na Itália” da época, ao passo que contemplava elementos teóricos que pudessem compor uma “nova sociedade civil anticapitalista” (GALASTRI, 2014, p. 36, DEL ROIO, 2007, p. 64). Essa coincidência com o pensamento leninista de voltar-se para a realidade local de desenvolvimento desigual – em um movimento dialético com o internacionalismo – nos oferece um ponto de partida pertinente para se estudar a situação latino-americana.

Entre os estudiosos do pensamento de Gramsci sobre os grupos sociais subalternos, é unânime a percepção de que há um descolamento da dimensão política desta categoria, que, nos *Quaderni* prevê sua emancipação por meio da formação de uma consciência crítica de classe, ancorada no princípio da luta de classes, se valendo da historização para compreensão de determinado evento (LIGUORI, 2013). O termo subalterno, que, ainda de acordo com Liguori (2013), está diretamente relacionado com os conceitos de sociedade civil, Estado e hegemonia, pode ser interpretado em contraponto com o que representa a classe dominante, tratando-se de uma categoria relacional. Ao tratar dos subalternos, o marxista sardo estaria “ampliando seu raio de visão, perscrutando, a partir da questão meridional italiana, uma questão meridional planetária, composta por imersa e diversificada zona colonial”, em acordo com o pensamento leninista da primordialidade de se formar uma frente única de classes, levando em consideração as especificidades nacionais (DEL ROIO, 2007, p. 77). Escutemos Gramsci:

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados. (GRAMSCI, 2002, p. 139-140)

Com esta reflexão, Gramsci (2002) pretendia elucidar a divisão e a diferente formação econômico-social italiana (entre os setentrionais, centrais, meridionais e os sardos), expressão das contradições históricas mais profundas de dominação no terreno estrutural e superestrutural, a unidade seria fundamental para a conformação do Estado. Sem descurar da carga cultural da categoria subalterna,

ele explicita que, por estarem desagregadas no terreno da sociedade civil – onde se disputa hegemonia e poder – e por terem sua atividade organizativa e cultural continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes, seria apenas através da iniciativa autônoma e da tomada de consciência de sua personalidade histórica, que se possibilitaria a sua transformação em favor de uma existência objetiva com representação política. Essa seria uma tarefa que estaria atada à filosofia da práxis, à formação de intelectuais orgânicos e à possibilidade de se tornarem partido em disputa pela hegemonia, quando se produz uma revisão de todo modo de pensar porque se modifica o modo de ser da classe subalterna (GALASTRI, 2014). Somente modificando a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se pode transformá-la. Para Gramsci (2002), essa é uma função determinante dos intelectuais em luta política, por representarem o vínculo orgânico entre o modo de produção e a superestrutura.

Tendo estudado a partir da perspectiva italiana – uma sociedade típica de capitalismo tardio – podemos inferir a elaboração teórica gramsciana sobre os subalternos, por tratar de classes impedidas de se formalizarem pelas narrativas hegemônicas, como o caso latino-americano.

América Latina e o giro decolonial

A epistemologia colonial foi determinante para que o colonialismo, representando o lado obscuro da modernidade, fizesse da América Latina uma **sociedade colonialista fundacional**, onde, pela primeira vez, a colonização e o racismo agiam em favor do capitalismo (BALLESTRIN, 2012). Ainda de acordo com Luciana Ballestrin (2012), ao trazer ao debate o colonialismo como uma das formas contemporâneas de dominação, fundamentalmente busca-se independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo.

O papel dos estudos das humanidades na consolidação do domínio colonial passou a fazer parte da academia norte-americana com o grupo *Foreign Culture*, ou Culturas Estrangeiras, onde se abriu espaço para se estudar o pós-modernismo, os estudos culturais e a teoria feminista, e, conseqüentemente, para a teoria pós-colonial e os estudos subalternos. Contudo, essas teorias pareciam desconectadas da realidade social latino-americana, ou seja, com o estudo da dependência econômica e a crítica às ideologias eurocêntricas. A partir do descontentamento com esse distanciamento e com a necessidade de rearticular uma nova repolitização da teoria, John Beverly, Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano, entre outros intelectuais que lá viviam, fundaram o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, em meados da década de 1990,

sendo marcante o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, de 1992, do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Em 1995 publicaram o *Manifiesto inaugural* do grupo, inserindo o subcontinente no debate pós-colonial. De acordo com o *Manifiesto inaugural*, Ranajit Guha teria inspirado a fundação de um “projeto similar dedicado ao estudo do subalterno na América Latina”, tratando-se de processos que “convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente” (MANIFESTO *apud* BALLESTRIN, 2012, p. 70).

O grupo discorria sobre as sociedades plurais, inferiorizadas pelo pensamento europeu, exotizada em contraste com as sociedades “desenvolvidas”, tinha como seu grande expoente o argentino Walter Dignolo. Sua perspectiva crítica e divergências o fazem fundar, no ano de 1998, o Grupo Modernidade/Colonialidade e desagregar o grupo de Estudos Subalternos latino-americano, alegando que os estudos subalternos “não rompem de maneira suficiente com os autores eurocêntricos” (MIGNOLO, 2007, p. 14-15).

A diversidade de formação e nacionalidades perfazia a primeira composição do grupo Modernidade/Colonialidade, composto inicialmente, além de Dignolo, por Edgardo Lander (venezuelano), Arturo Escobar (colombiano), Enrique Dussel (argentino), Fernando Coronil (venezuelano), Immanuel Wallerstein (estadunidense) e Aníbal Quijano (peruano). Edgardo Lander organiza a principal coletânea publicada por membros do grupo, de título *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, lançada em 2000 na cidade de Buenos Aires e em português pela CLACSO – *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, em 2005. Vários desses autores já haviam desenvolvido teorias próprias, como a análise da perspectiva de sistema-mundo apresentada por Immanuel Wallerstein, em 1974⁵. Quijano (2005), se utiliza do conceito sistema mundo para trazer o seu conceito de colonialidade do poder. Para ele, esse conceito tem relação com processos que se iniciam com a constituição da América, de um novo padrão de poder mundial e da integração dos povos do mundo nesse processo, de um inteiro e complexo sistema-mundo, mesmo que para Wallerstein (*apud* MIGNOLO, 2005) o “momento fundacional da geocultura do sistema mundo moderno” se inicie com a Revolução Francesa.

Outra teoria incorporada em parte pela formação investigativa do grupo foi a teoria da dependência, tendo os brasileiros Ruy Mauro Marini⁶ e Theotônio dos Santos como grandes propagadores. Trata-se de postular a coexistência de um centro (norteador do desenvolvimento) com uma vasta e diversificada periferia possuidora

⁵ A noção de sistema-mundo pode ser definida como a interdependência econômica entre regiões que são politicamente e culturalmente distintas, na fase da globalização.

⁶ Um conceito fundamental apontado por Marini é o subimperialismo - formulado no interior da Teoria Marxista da dependência.

de um desenvolvimento atravancado por essa relação – geradora da concentração de renda em escala mundial.

Alguns conceitos como classe, raça e gênero, no contexto da globalização, ascendem como fundamentais para a formação e renovação analítica apontada como necessária às ciências sociais pelo grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Assim, os saberes modernos hegemônicos do Ocidente foram sujeitados a uma ampla crítica nas últimas décadas, denunciando seu caráter eurocêntrico e colonial. São reflexões que demonstram que as ciências têm sido funcionais a essa polarização de mundo e que as formas de dominação que surgiram no processo de colonização europeu continuam atuando até os dias de hoje, na era pós-colonial. Nessa dimensão crítica, acontece uma “conformação histórica de uma subjetividade colonialista por meio da cultura” que não desaparece com o fim da colonização (AMADEO e ROJAS, 2011, p. 32).

Castro-Goméz e Grosfoguel (2007) ressaltam, conforme apresentamos, a pertinência do diálogo entre as teorias que resultaram no debate mundial sobre o ocidental-centrismo:

(...) alguns investigadores da teoria pós-colonial anglo-saxônica, como Gayatri Spivak (1988), reconhecem a importância da divisão internacional do trabalho como constitutiva do sistema capitalista, enquanto que outros investigadores do sistema-mundo, como Immanuel Wallerstein (1991a, 1991b), reconhecem a importância dos discursos racistas e sexistas como inerentes ao capitalismo histórico. (CASTRO GOMÉZ e GROSGOUEL, 2007, p. 15).

O projeto acadêmico-político do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) encontra-se, desde sua formulação, fortemente vinculado ao movimento indígena boliviano e equatoriano e, alguns membros, também vinculados ao Fórum Social Mundial (FSM). O objetivo do grupo seria modificar as estruturas de pensamento, influenciando fundamentalmente os jovens pesquisadores, quanto às particularidades da América Latina, complementando teorias de análise como o sistema mundo e a teoria pós-colonial (CASTRO GOMÉZ e GROSGOUEL, 2007). Os autores que compunham o M/C manifestam descontentamento com a caracterização de termos como periferia e subdesenvolvimento para tratar dos países e do subcontinente. Entenderam que com essas autodenominações se justificou a subordinação dos Estados-nação pós-coloniais, durante os séculos XIX e XX, quando se estabeleceu e expandiu o capital internacional, e que segue se expandindo até os dias de hoje. Desta forma, trocou-se mais uma vez a nomenclatura dos estudiosos das questões latino-americanas para movimento **giro decolonial**, tomando cada vez mais espaço nas universidades latino-americanas. Luciana Ballestrin (2012, p. 16) nos indica que,

o pensamento **decolonial** trata de uma elaboração posterior ao que Mignolo teria elaborado com a denominação de Pensamento Fronteiriço.

O pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que o pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é o pensamento que afirma o espaço onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita. (MIGNOLO apud BALLESTRIN, 2012, p. 17).

Michael Löwy (2015), indica que existe uma polêmica contra essas tendências eurocêntricas ou ocidental-cêntricas, não só na ideologia dominante, mas também no marxismo dominante (ou mais vulgarmente expandido), tanto nas suas variantes social-democrata como estalinista, as duas principais correntes nas quais cristalizou-se o pensamento do movimento operário de raiz marxista no século XX, polêmica que se estende ao movimento decolonial pela não homogeneidade de ideias de seus representantes, principalmente quanto à articulação da perspectiva latino-americana e marxista. Mignolo (2007) é um destacado exemplo entre os que entendem o marxismo como um pensamento homogêneo e eurocêntrico. Para o investigador argentino, o peruano José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci seriam uns dos poucos que redimiram o marxismo periférico. Continua sua crítica afirmando que seria necessário criar uma fratura com o marxismo, algo que teria sido realizado por Mariátegui ao encontrar o legado colonial nos Andes. Trata-se de uma afirmação que vai de encontro ao pensamento mariateguiano, visto que o intelectual e militante peruano afirmava em várias de suas obras o não rompimento e a não subordinação do marxismo à questão indígena, exaltando a necessidade da luta de classes, da consciência de classe e de um partido para se chegar à revolução socialista. Sobre o debate, Mariátegui (2011) expõe que a visão dominante de mundo se impôs entre os processos civilizatórios diversos, não só através da presença cultural, mas também através exploração dos povos nas relações de produção. Adianta, ainda, que:

O advento da República não transforma substancialmente a economia do país. Produz-se uma simples mudança de classes: o governo dos latifundiários, *encomenderos* e profissionais crioulos sucede o governo cortesão da nobreza espanhola. A aristocracia mestiça empolga o poder, sem nenhuma concepção econômica, sem nenhuma visão política. Para os quatro milhões de índios, o movimento de emancipação em relação à metrópole passa despercebido. Seu estado de servidão persiste desde a conquista até nossos dias (...) A nova classe governante, ávida e sedenta de riquezas, dedica-se a ampliar seus latifúndios

à custa das terras pertencentes à comunidade indígena, até chegar a fazê-las desaparecer em alguns departamentos. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 142).

Sem deixar de lado a análise de classe, tampouco as particularidades do subcontinente e das formas de organização social, política e econômica dos povos autóctones, Mariátegui (2011, p. 144) esmiúça em suas obras como, verdadeiramente se deu a subordinação indígena à colonização europeia. Clarifica a questão cultural, a relação intrínseca do índio com a terra e a natureza, mas não subordina a diferenciação de raças em relação à necessidade apontada por ele de construir uma organização econômica coletiva, que viria a transformar-se numa “hegemonia da classe proletária”, em termos marxistas, em meio ao desenvolvimento da colonização como necessidade de expansão do capitalismo.

Como intenta o movimento **giro decolonial**, se faz fundamental despertar nos espaços de debate, temas caros quando se trata de América Latina como descolonização, autonomia e plurinacionalidade, retomando os estudos do processo de dominação e reprodução do subdesenvolvimento, recusando o europeísmo e dependentismo intelectual que permeiam a comunidade acadêmica hegemônica. Para contribuir na explicação e superação desse colonialismo foi que pautamos os debates com os autores aqui enunciados, com reflexos na cultura e na política.

Conclusões

Neste artigo, fundamentalmente a reflexão sobre a colonialidade é recuperada em uma dimensão crítica e política, sem ocultar a permanência do processo de divisão do trabalho que polariza o mundo, dentro de uma lógica capitalista. Quijano (2005), nos aponta que o conceito de colonialidade no poder exprime essa nova forma de legitimação das relações de dominação, como divisão racial do trabalho e a difusão de um aparato educacional uno, europeizado, que legitimariam nossa dependência financeira e intelectual. Isto significou a validação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor. O debate crítico acerca da colonialidade no poder nos dá pistas para esclarecer que a raça – ou a recuperação das identidades na América Latina (índios, negros e mestiços) e a redefinição de outras – não pode ser entendida como único instrumento de dominação.

É uma discussão que permeia e reitera outras vertentes seja com os estudos pós-coloniais indianos, asiáticos e africanos, a teoria da dependência, os debates no subcontinente sobre modernidade e pós-modernidade e subalternidade. Debruça-se e avança sobre as relações da colonialidade nas esferas econômica e política,

destacando que essa subordinação não se findou com o dismantelamento do colonialismo clássico e está atrelada às diversas esferas, como o ensino e o saber. A articulação teórica proposta na nossa hipótese perpassa uma dupla pertinência para se compreender a América Latina, por assumir um compromisso ideológico com os subalternos, especialmente os periféricos, contudo sem perder a visão da mundialização do sistema capitalista neocolonial.

POSTCOLONIAL THEORY, SUBALTERN STUDIES AND LATIN AMERICA: AN EPISTEMOLOGICAL TURN?

ABSTRACT: *In order to address the issues of colonialism and its heritage we will highlight the two main theoretical currents that have gained visibility in academic circles in the last decades: postcolonial theory and subaltern studies. Those theoretical perspectives allow the reconstruction of the spaces of discourse emission in societies where the knowledge/power of coloniality has settled, highlighting the rescue of history, of knowledge and of the subaltern subject in its struggle for autonomy. In the wake of this reflection, part of Latin American social theory and their representatives have been claiming a decolonial shift, a break with Western-centrism and its echoes in knowledge. Our hypothesis is that the synthesis of those theories is effective for understanding the Latin American reality while also promoting the critical renewal of knowledge from a political and intellectual perspective, as well as the emancipation from various situations of oppression defined through boundaries of gender, race or ethnicity and fundamentally, class.*

KEYWORDS: *Coloniality. Latin America. Eurocentrism. Subalternity.*

REFERÊNCIAS

AMADEO, Javier. ROJAS, Gonzalo. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema mundo. In: **Revista Lutas Sociais**. São Paulo: NEILS, N° 25-26, p. 29-43. 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BALLESTRIN, Luciana. O Giro Decolonial e a América Latina. In: 36° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais**. Águas de Lindóia, 2012.

BARATTA, G. **Antonio Gramsci em contraponto**. São Paulo: UNESP, 2011.

CASTRO GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/homoderna/grosfoguelcastrogoomez.pdf>>. Acesso em: 13 mai de 2015.

CESÁRIE, Aimé. **Discursos sobre o colonialismo**. Sá da Costa Editora: Lisboa, 1978 [1950].

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 29, 2007, p. 63-78.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos. In: **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, n° 39, 2014, pp. 35-56.

GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: _____. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

LANDER, Edgardo (org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005

LIGUORI, Guido. Tres acepciones de “subalterno” en gramsci. In: **Horizontes gramscianos: Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci**. Massimo modonesi (Org.) Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM. 2013. Disponível em: <<https://massimomodonesi.files.wordpress.com/2014/04/modonesi-horizontes-gramscianos.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

LÖWY, Michael. Entrevista a Michael Löwy. In: **Analéctica: Revista Eletrônica de pensamento crítico**. Ano I, N° 9 Agosto 2015. Disponível em: <<http://www.analectica.org/articulos/mtzandrade-lowy/>>. Acesso em 10 de out. de 2015.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 [1947].

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO Gómez, S.; GROSFOGUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogoomez.pdf>>. Acesso em: 10 fev de 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. En **Perú Indígena**, Nº 13 (29), p. 11-20, 1992. Disponível em: <<https://problematicasculturales.files.wordpress.com/2015/04/quijano-colonialidad-y-modernidad-racionalidad.pdf>>. Acesso em 22 nov 2016.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Gustavo L.; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Antropologias Mundiais**. Transformações da disciplina em sistemas de poder. Brasília: Editora UNB, 2012.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. **O Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. 3ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. Estudios de la Subalternidad. In: **Estudios postcoloniales**. Ensayos fundamentales. 2008. Disponível em: <http://www.ozebap.org/biblio/pdf/estudios_postcoloniales.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. **Pode o subalterno falar?** 2ª. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1974.

Recebido em 31/05/2016.

Aprovado em 31/10/2016.

